



OE2011: Obrigatoriedade de contas certificadas por Revisores "agrava situação das empresas" - Bastonário OTOC (C/ÁUDIO)

Lisboa, Portugal 09/11/2010 18:59 (LUSA)

Lisboa, 09 nov (Lusa) – A Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas considera que a obrigatoriedade da verificação das contas das empresas por um revisor oficial de contas, como prevê a proposta de Orçamento do Estado, "é um absurdo" e "agrava a situação das empresas".

Contactado pela agência Lusa, o bastonário da OTOC, Domingues de Azevedo, explicou que “a medida não vem trazer nenhuma mais valia à verdade tributária porque, sendo o resultado contabilístico a diferença entre o somatório dos rendimentos e os gastos, então ele tem uma formação sucessiva, isto é, vai-se formando ao longo do ano”. Por isso, prosseguiu o bastonário, “não é por haver um outro profissional, que chega ali e que não acompanha essa formação sucessiva, que há a introdução de mais valia no que respeita à verdade tributária”.

Para Domingues de Azevedo, que dirigiu uma carta ao ministro das Finanças, a obrigatoriedade de as contas das empresas serem verificadas por um revisor oficial de contas significa, na prática, um acréscimo dos encargos das empresas, que já estão, muitas delas, em dificuldades.

“Numa altura em que as empresas se batem com problemas muito sérios de sobrevivência, numa crise económica tão profunda como a que vivemos, vir obrigar as empresas a suportar mais este custo - sem qualquer mais valia - é um absurdo que não faz sentido”, argumentou o responsável, acrescentando que tal medida só poderia ser tomada por um “qualquer palerma que não sabe o que está a fazer e que não conhece o dia a dia de uma empresa”.

Para Domingues de Azevedo, a norma, que “não tem qualquer lógica racional”, vai também “agravar o funcionamento das empresas “porque não está estruturada, não tem verdade tributária e não se compreende”. Por isso, "fica-se com a nítida sensação de haver aqui uma espécie de arranjinho que não faz sentido e que traz muitas dúvidas a todo este processo”, alegou.

Domingues de Azevedo afirmou ainda que, “neste momento” a percentagem de empresas que têm prejuízos “deve andar na ordem dos 22, 23 por cento das empresas”, um valor que “tem vindo a descer”.

No entanto, o responsável considera que olhar apenas para os resultados financeiros de uma empresa é uma análise “perfeitamente falaciosa”.

“Se tiver uma empresa familiar, ela até pode ser de rentabilidade negativa mas tem fatores positivos: cria postos de trabalho, alimenta as expetativas e a estabilidade social. Por isso, não posso ter uma visão das empresas meramente pela sua rentabilidade fiscal ou financeira”, afirmou.

ND.

*** Este texto foi escrito ao abrigo do novo Ortográfico ***

Lusa/fim.